

Ata da 15ª Sessão Ordinária, em 5 de Março de 1951.

Presidência do sr. Júlio Xavier, secretariada pelos srs. Chafic Cury e Dagoberto Pusch.

As quatorze e trinta horas, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Júlio Xavier, Rivadávia Vargas, Chafic Cury, Dagoberto Pusch, Antonio Annibelli, Francisco Soares, Jorge de Lima, Rezende Filho, Silveira Rocha, Vieira de Alencar, Edwino Tempiski, Vargas de Oliveira, Portugal Tavares, Américo Teti, João Viana, Nilson Ribas, Constandio Souza, Accioly Filho, Anísio Luz, Cândido de Oliveira Neto, Cardoso da Silveira, Emilio Carazzai, Ernani Benghi, Ernesto Moro, Guatara Borba, Iracy Vianna, Lustosa de Oliveira e Mário Faraco (28); achando-se ausentes, com causa justificada, os seguintes: Atílio Barbosa, Dario Marchesini, Amadeu Puppi, Divonsir Côrtes, Alcides Caetano, Antonio Baby, José Hoffmann, Laertes Munhoz, Fleury da Rocha, Francisco da Costa, Joaquim de Lacerda, Vespertino Pimpão, Hélio Setti, João Chede, João Ribeiro Júnior, Rosa Filho e Waldemiro Pedroso (17).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO,

passando o sr. 2º Secretário à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

— do sr. Ravísio Faleiros, comunicando haver assumido o cargo de Delegado Regional de Polícia da cidade de Londrina. — **Agradeça-se.**

— do sr. Altair Ramos dos Santos, comunicando que, em data de 27 do mês próximo findo, assumiu o cargo

de Prefeito Municipal de Andirá. — **Agradeça-se.**

— dos srs.: Ministro da Justiça e Negócios Interiores — Presidente da Câmara Municipal de Palmas — Prefeito Municipal de Jaguapitã — Presidente da Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul — Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul — Prefeito Municipal de Congonhinhas, acusando o recebimento da comunicação da instalação da 2ª Legisatura desta Assembléia. — **Ciente. Arquite-se.**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. (**Pausa**). Passa-se à

ORDEM DO DIA.

A Ordem do Dia consta de Trabalho das Comissões.

Não há Trabalho das Comissões sobre a mesa.

O SR. ACCIOLY FILHO — Peço a palavra, sr. Presidente, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ACCIOLY FILHO — Sr. Presidente.

Numa das últimas sessões desta Casa, fiz alguns comentários sobre uma entrevista concedida pelo sr. Secretário de Educação ao órgão de divulgação do Estado, Câmara de Propaganda e de Expansão Econômica.

Naquela entrevista, o sr. Secretário de Educação afirmou que, em matéria de ensino, o Estado do Paraná só teve administração até 1930, porque os Governos que passaram pelo nosso Estado, após a revolução de 1930, não cuidaram da educação, deixando o Estado em abandono nesse importante terreno. Reclamava S. Excia., principalmente contra o abandono das crianças em idade escolar

no interior do Estado e também na Capital, dizendo que neste período letivo milhares de crianças ficariam sem instrução por falta de professoras e de escolas.

Rebatí, sr. Presidente, essas afirmações de S. Excia., mostrando que os Governos do sr. Manoel Ribas e do sr. Moysés Lupion muito fizeram pela instrução no Paraná. E esperava, sr. Presidente, que o sr. Secretário de Educação, que iniciava sua gestão com tantas críticas ao Governo passado, prosseguisse sua tarefa à frente daquela Secretaria, pugnando para que esse abandono anatematizado por ele tivesse um fim e as crianças pudessem receber instrução.

Entretanto, sr. Presidente, vêm os jornais oficiais publicando atos do Governo do Estado de exoneração de professoras normalistas e os atos do sr. Secretário de Educação de dispensa de mais de oitocentas professoras extra-numerárias. Ainda ontem li num jornal de Paranaguá, — o Diário do Comércio, jornal que não tem cor partidária alguma, e até apoia o sr. Governador do Estado, — uma reclamação da população de dois lugarejos daquele município, sobre o fechamento de duas escolas, as únicas ali existentes e que funcionaram até o ano passado, e cujo fechamento foi motivado pela dispensa das professoras.

Esse fenômeno que se está passando em Paranaguá, é geral em todo o Estado, graças à ação do sr. Secretário de Educação.

O Sr. Iracy Viana — V. Excia. permite um aparte? (**Assentimento do orador**). Solicitei esse aparte com o objetivo de colaborar com o ponto de vista de V. Excia. Esta semana, ainda, tive oportunidade de receber duas cartas de professoras, cujas escolas estão situadas no meu município, pedindo encarecidamente a nomeação de mais uma professora para auxiliá-las, dado o número excessivo de alunos que frequentam suas aulas. Uma delas com 69 alunos, e outra com 53. Entretanto, acabo de ser informado que essas duas professoras também constam da última lista de dispensadas pelo Secretário de Educação.

O SR. ACCIOLY FILHO — Muito

obrigado a V. Excia.

Naturalmente, sr. Presidente, e confio que assim vá acontecer, o Governo do Estado, na sua famosa linha política, irá deixar sem efeito essas dispensas, como já deixou as remoções dos coletores do Estado e as dispensas de funcionários da Chefatura de Polícia e da própria Secretaria da Fazenda. E, afinal, o que se verifica em tudo isso? Que não é o interesse do Estado que o Governo visa com os atos que está praticando, mas simplesmente, escandalizar a opinião pública, de levar para fora aspectos que não existem, e que o Governo pretende fazer por existentes.

Li ainda no jornal «Tribuna da Imprensa», do Rio de Janeiro, uma entrevista do sr. Bento Munhoz da Rocha Netto, em que este acentua que «o último Governo deste Estado, no breve período que vai de 3 de outubro de 1950 a 31 de janeiro deste ano, pouco mais de três meses, nomeou funcionários efetivos, admitiu extranumerários, reestruturou carreiras, criou comissões inúmeras e firmou contratos de locação de serviço em tal número que ultrapassa a casa dos milhares, isso com pesadíssimo ônus para os cofres públicos». Continua a entrevista de S. Excia: «Vi-me, por isso, compelido, muito a contragosto, a ordenar a dispensa dessa massa desnecessária de servidores, para evitar uma gritante e amoral sangria do desfalecente Tesouro Estadual, com a inflação nas folhas de pagamento de mais de cem mil funcionários excedentes nos quadros de carreira e nas lotações de extranumerários.»

Não sei, sr. Presidente, que panorama o sr. Governador do Estado quer pintar fora do Paraná. Nunca soube que o Estado do Paraná possuísse um quadro de mais de 100.000 funcionários. Acredito que, reunindo as guarnições do Exército localizadas no Estado do Paraná, todos os funcionários e extranumerários do Estado, inclusive operários do Departamento de Estradas de Rodagem e ainda os operários da Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina, tudo isso reunido não chega a totalizar 100.000 funcionários no Estado.

O Sr. Portugal Tavares — V. Excia. permite um aparte? (**Assentimento**

do orador). — V. Excia. é um homem inteligente, e, não é demais que eu deva dizer aqui que confio na sua cultura, mas está laborando num equívoco ou fazendo uma demagogia muito barata, porque V. Excia. sabe perfeitamente que o próprio Exército Brasileiro não têm 100.000 homens; portanto, não é verdade o que o jornal publica. O jornal pode dizer aí que o Governador Moysés Lupion entupiu as repartições do Estado com 100.000 pessoas. Mas V. Excia. há de convir que, efetivamente, nomeações houve no governo do sr. Moysés Lupion que ultrapassaram as dotações orçamentárias.

O SR. ACCIOLY FILHO — V. Excia. não ouviu bem, por certo, pois que quem está fazendo essas afirmações não é o jornal do Rio de Janeiro, mas sim S. Excia. o Governador do Estado do Paraná, em entrevista que concedeu a esse jornal, e que até agora não foi retificada pelo Governo.

O sr. Portugal Tavares — Pois eu a retifico, então.

O SR. ACCIOLY FILHO — V. Excia. deve retificar perante a opinião pública do Brasil. E a verdade, sr. Presidente, é que as nomeações foram feitas...

O Sr. Portugal Tavares — S. Excia. poderia ter dito 10.000 funcionários, não mais, trata-se, portanto, de um erro de imprensa bastante comum.

O SR. ACCIOLY FILHO — ...no período de 3 de outubro a 31 de janeiro e que foram deixadas sem efeito pelo Governo do Estado, muitos deles, os funcionários exonerados, estão voltando ao serviço público, porque o próprio Governo reconheceu que eles eram necessários para o bom andamento da administração.

Vê-se, assim, que não há intuito de resguardar os interesses do Estado nem de proteger os cofres públicos de qualquer sangria, mas, única e exclusivamente, de escandalizar a Federação com a situação do Paraná, desmoralizando assim as administrações que passaram.

Se, quando foram feitas as remoções de coletores, contra cuja providência protestei desta tribuna, o

sr. Secretário da Fazenda tivesse meditado um pouco sobre a gravidade do problema que iria criar, se tivesse ponderado mais sobre esse ato, por certo não o teria praticado; porque, logo após meu protesto desta tribuna, S. Excia. baixou uma portaria, deixando sem efeito, até posterior deliberação, as remoções que havia feito, e agora está processando somente remoções isoladas de um ou outro coletor, atendendo aos interesses políticos dos seus correligionários.

O Sr. Emilio Carazzai — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento do orador). No sentido de colaborar com V. Excia., quero declarar que, há poucos momentos, tive conhecimento, através de um telefonema de Cornélio Procópio, que a população de Sertaneja reclama pelo fato de terem sido exoneradas, de uma só vez, cinco professoras, deixando o grupo escolar de lá inativo.

O SR. ACCIOLY FILHO — Veja, sr. Presidente, mais esta informação prestada pelo sr. deputado Emilio Carazzai, de Cornélio Procópio. É mais uma escola que se fecha num lugar distante do Paraná, no distrito de Sertaneja. E como Paranaguá, Palmas e Sertaneja, outros lugares há no Paraná, com escolas fechadas, não podendo as crianças receber instrução primária porque o Governo dispensou as professoras nomeadas pelo sr. Moysés Lupion. Que culpa têm as crianças do Paraná que essas professoras tivessem sido nomeadas após as eleições de 3 de outubro de 1950, pois essa era a época normal das nomeações? Que culpa têm as crianças, que nem sabem que houve eleições no Brasil? Que responsabilidade têm as crianças que o P. S. D. não tenha vencido as eleições de 3 de outubro, elas que, afinal, representam o Paraná do futuro, elas que devem permanecer acima de todos os interesses políticos do Governo do Estado, como torná-las vítimas das injunções e ódios políticos, quando devem ficar a resguardo de quaisquer questões políticas no Estado?

Eu só entenderia um novo clima político no Paraná, tão apregoadado

pelo nobre deputado sr. João Vianna, que viesse resguardar não só o interesse do Estado, mas principalmente o de sua população e, acima de tudo, das crianças que cursam as escolas e que têm direito de exigir que, de pronto, as escolas sejam abertas, para que as possam frequentar.

V. Excia., sr. Presidente, e a Casa são testemunhas da sobriedade com que uso minha tribuna e das poucas vezes que a assumo só o faço para protestar contra medidas prejudiciais do Governo. É a linha política que me tracei: assumir a tribuna da Assembléia para exclusivamente responsabilizar o Governo do Estado por atos de natureza grave que venha praticando e que re-

dundem em prejuizo do povo. Nunca a usarei para fazer quaisquer comentários desairosos e falsos contra o Governo, mas aqui estarei todas as vezes que o interesse público reclamar, com minha voz de protesto contra os atos do Governo em desfavor do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, designando a próxima para amanhã, terça-feira, dia 6 do corrente, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões.
Levanta-se a sessão.